



FLORESTAS

COLETIVAS

**DA AMAZÔNIA
BRASILEIRA:**

PRODUÇÃO RESPONSÁVEL DE MADEIRA E
OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO
SOCIAL E RURAL SUSTENTÁVEL



FLORESTAS COLETIVAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA:

PRODUÇÃO RESPONSÁVEL DE MADEIRA E OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E RURAL SUSTENTÁVEL

Autores:

Marco W. Lentini, Roberto Palmieri e
Jessica Gaise Wakasugui

Fotos:

Vicente Sampaio

Design Gráfico:

Thiago Olbrich

Material produzido pelo Instituto de Manejo e
Certificação Florestal e Agrícola (IMAFLOA),
com o apoio da Clua (Climate and Land Use
Alliance), em 2021.

Os autores agradecem às revisões de
Maryane Andrade e Raissa Genro em
versões anteriores deste manuscrito.

As opiniões e pareceres descritos nesta
publicação são de responsabilidade dos
autores, e não refletem necessariamente
o posicionamento dos financiadores e
parceiros deste projeto.



Copyright© 2021 Imaflora®

Para democratizar a difusão dos conteúdos
publicados no Imaflora, as publicações estão
sob a licença da Creative Commons
(www.creativecommons.org.br) que permite
o seu livre uso e compartilhamento.

Sobre o Imaflora:

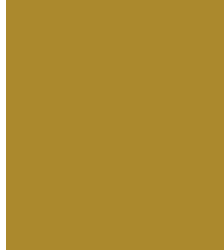
O Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação
Florestal e Agrícola) é uma organização
brasileira, sem fins lucrativos, criada em
1995 para promover a conservação, o uso
sustentável dos recursos naturais e para gerar
benefícios sociais nos setores florestal e
agropecuário.





SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	06
POR QUE ACORDOS SÃO IMPORTANTES PARA O AUMENTO DO MANEJO FLORESTAL?	09
RISCOS E OPORTUNIDADES PARA AS COMUNIDADES	14
Em quais situações uma comunidade deve considerar um acordo com uma empresa?	14
Quais são os pontos positivos e negativos dos acordos entre comunidade e empresa para o manejo florestal?	15
Quais foram as principais lições aprendidas com os acordos já feitos na amazônia?	20
PREPARANDO-SE PARA O ACORDO	22
Quais os pontos fundamentais para se ter em mente?	22
O que a comunidade precisa saber e discutir antes do acordo?	28
COLOCANDO UM ACORDO EM ANDAMENTO	31
Quais são os modelos possíveis para colocar em prática os acordos entre comunidades e empresas?	31
SALVAGUARDAS SOCIAIS E AMBIENTAIS	35
Quais são as salvaguardas básicas para firmar o acordo?	35
Quais são as dicas importantes para as comunidades?	46
LITERATURA CONSULTADA	50



APRESENTAÇÃO

O manejo florestal é uma alternativa para produzir com baixo impacto ambiental. Ou seja, o manejo permite que os produtos e serviços das florestas sejam utilizados e também conservados. O manejo florestal tem conquistado cada vez mais espaço como uma alternativa de desenvolvimento rural e de geração de renda para as comunidades extrativistas e povos tradicionais no Brasil.

Na Amazônia, o Manejo Florestal Comunitário e Familiar conta com uma história longa de experiências e de aprendizagens e, apesar dos desafios encontrados, está em crescimento. Produtos como o látex, a castanha-do-brasil, o óleo de copaíba e o óleo de andiroba estão entre os principais produtos não madeireiros produzidos pelas comunidades amazônicas. Nesta cartilha, entretanto, trataremos do manejo florestal para a produção de madeira devido à preferência que muitas comunidades têm dado a este produto.

Os principais benefícios do manejo florestal realizado por comunidades são:

- Florestas conservadas e bem cuidadas;
- Garantia de manutenção dos modos de vida e de sustento das comunidades;
- Aumento da proteção contra a grilagem e outras atividades ilegais;
- Maiores oportunidades para o desenvolvimento da comunidade, o que inclui suas capacidades e organização.

O manejo florestal feito em territórios coletivos ou familiares da Amazônia, realizado pelas próprias comunidades ou através de parcerias com empresas, pode atender rapidamente a demanda por madeira em tora da indústria regional vinda de florestas responsáveis que atendem a Lei. Porém, os acordos entre associações comunitárias e empresas madeireiras para o manejo florestal têm um histórico de experiências que não deram certo. O que estas experiências têm em comum é a geração de uma relação de dependência da empresa, exploração malfeita que leva à destruição da floresta e, muitas vezes, a produção de ganhos financeiros muito baixos para as comunidades. Entretanto, acreditamos que é possível ter ganhos reais nas parcerias entre comunidades e empresas. Para isso, é preciso que estes acordos definam claramente as necessidades de transparência, participação de todo o coletivo da comunidade, além das condições que garantam seu bem-estar.



De um ponto de vista mais amplo do setor florestal, as concessões têm sido vistas como uma das soluções para diminuir o desmatamento e a exploração ilegal de madeira. A concessão florestal é um modelo de gestão de florestas públicas no qual empresas ou comunidades conduzem o manejo florestal, enquanto que os benefícios socioeconômicos da produção são repartidos entre estado e concessionário. Entretanto, enquanto as concessões florestais não aumentarem em área o suficiente para barrar o desmatamento na Amazônia, o uso de territórios coletivos e comunitários pode ser uma solução. Estudos mostram as regiões mais centrais da Amazônia (como o sul do Amazonas e oeste do Pará) como as novas fronteiras de produção de madeira. Sem controle, esses territórios vão chamar a atenção de empresas de ponta interessadas nas concessões, mas também empresas menos profissionais que vão buscar florestas que tenham menos impedimentos para extração, como os territórios comunitários. Ou seja, essas comunidades precisam estar preparadas para decidir usar ou não usar a madeira de suas florestas pensando no melhor para elas. É para ajudar nesta decisão que criamos esta cartilha.

A equipe do IMAFLORA se coloca à disposição para retirar dúvidas e para receber sugestões, através do e-mail projetosflorestais@imaflora.org.

POR QUE ACORDOS SÃO

IMPORTANTES PARA O AUMENTO

DO MANEJO FLORESTAL?

A produção de madeira pelo manejo florestal responsável pode ser uma importante fonte de renda e de empregos para as populações da Amazônia, além de ser uma aliada na conservação da floresta. Com o crescimento do desmatamento na região, usar as florestas para o manejo também pode ser uma forma de diminuir a produção ilegal de madeira e, assim, combater a destruição da floresta amazônica. Uma das possibilidades que existem hoje para aumentar a disponibilidade de territórios para a produção de madeira de forma legal são as concessões florestais, ou seja, através de parcerias entre o estado e/ou as empresas e comunidades para a condução do manejo florestal. A Lei de Gestão de Florestas Públicas (LGFP ou Lei 11.284), em 2006, tornou possível o uso de terras públicas da Amazônia, ou seja, terras que pertencem à sociedade, para concessões a empresas, passando a ser permitido o manejo florestal nestas áreas para a produção de madeira e de outros produtos (resinas, cipós, frutos, óleos, entre outros). Mas, como as concessões florestais podem ajudar a diminuir a produção ilegal de madeira na Amazônia? Listamos quatro razões principais para isso:

VOCÊ SABIA?

As concessões florestais ainda estão crescendo lentamente na Amazônia. Menos de 10% da madeira produzida na região em 2020 vinha destas áreas. Seria necessário pelo menos 20 a 25 milhões de hectares de florestas manejadas na Amazônia para conseguir controlar o desmatamento e a exploração ilegal, mas existem ainda apenas de 1,5 milhão de hectares de florestas sendo utilizadas nas 29 áreas de manejo florestal, com alguns contratos ainda não assinados. Por outro lado, se toda a demanda por madeira da Amazônia passasse a ser atendida por florestas manejadas de maneira responsável, nestes 20 milhões de hectares, seria possível:

- Gerar R\$ 6,3 bilhões por ano apenas com a venda de madeira em tora;
 - 170 mil postos de trabalho;
 - R\$ 4,8 milhões em impostos arrecadados em um período de 15 anos (2015-2030);
 - Evitar a emissão de 435 mega toneladas de gases poluentes como o CO₂ (dióxido de carbono).

Estes dados estão presentes em um estudo realizado pelo Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getulio Vargas (FGVces) em 2015.

- a) Tornam possível o acesso de empresas às florestas, o que muitas vezes era difícil pela complicada situação fundiária da Amazônia;
- b) Oferecem oportunidades de acesso a florestas grandes e com contratos para manejo por 40 anos;
- c) Podem gerar oportunidades para o meio ambiente e para as pessoas que durem bastante tempo;
- d) Levam em conta, na escolha de quem será o concessionário manejando a floresta, questões que vão além do valor a ser pago, como a melhor técnica, questões sociais, ambientais e eficiência.





VOCÊ SABIA?

4,7 milhões de metros cúbicos de madeira em tora. Este é o potencial de produção a partir de florestas coletivas no estado do Pará, de acordo com estudo realizado em 2010.

(Sablayrolles e Amaral, 2011)


Enquanto o governo e as organizações buscam soluções para avançar nas concessões, as florestas coletivas, ou florestas comunitárias, podem ser uma solução mais viável no curto prazo. As florestas dos territórios de comunidades tradicionais na Amazônia, manejadas pelas próprias comunidades ou com o apoio de empresas, podem atender rapidamente a demanda de madeira. Lembrando que as comunidades possuem várias opções para fazer o manejo florestal. Podem usar seus próprios territórios, podem buscar as concessões em outras florestas públicas através de suas associações e cooperativas, ou podem se aliar a empresas madeireiras para extrair produtos em suas próprias terras.

Por mais que as comunidades rurais e tradicionais possam manejar seus territórios, e que existam casos de sucesso neste sentido, há obstáculos importantes para que a produção de madeira possa aumentar bastante nas florestas coletivas no curto prazo. Um desses obstáculos são as dificuldades para que as

comunidades consigam financiamento, treinamento e equipamentos para manejar a floresta. Além disso, é necessário que as comunidades já tenham estruturado suas cooperativas ou associações para que estas organizações possam cumprir com as leis de trabalho e fiscalização. Apenas quando estes pontos já estiverem definidos, é possível avançar nos demais passos para conseguir a licença do governo para começar o manejo florestal.

A alternativa, então, para que comunidades que não estejam totalmente estruturadas possam iniciar o manejo das florestas coletivas, estaria em fazer uma parceria com uma empresa madeireira que ficasse responsável de realizar uma parte das atividades florestais. **Chamaremos esta parceria de acordos comunidade/empresa.**

Criamos esta cartilha pois ainda há dúvidas e desconfiança em relação aos acordos e se eles realmente funcionam. Não é para menos, uma vez que há vários acordos firmados no passado que não deram certo. Muitas das experiências feitas na Amazônia acabaram por prejudicar as comunidades e enriquecer as empresas. Em vários destes casos, isso ocorreu por conta de contratos fechados de forma errada. Porém, acreditamos que acordos entre comunidades e empresas, feitos com o devido cuidado, transparência, acompanhamento de como está sendo feito e se a lei está sendo cumpri-



da, podem trazer bons resultados. É possível construir parcerias comerciais justas e que valorizem as populações da Amazônia. Vamos tratar de modelos de organização de florestas comunitárias (ou de um grupo de pequenos produtores) para a produção de madeira em parceria com uma empresa (consórcio ou empresas), garantindo partição justa e sustentabilidade social, econômica e ambiental.

RISCOS E OPORTUNIDADES PARA AS COMUNIDADES

EM QUAIS SITUAÇÕES UMA COMUNIDADE DEVE CONSIDERAR UM ACORDO COM UMA EMPRESA?

O primeiro passo é a comunidade entender que existem riscos em quaisquer formas de uso de seu território, não apenas para o manejo florestal. Antes de pensar na possibilidade de usar as florestas coletivas, a comunidade deve, em grupo, descobrir seus pontos fracos e definir quais ganhos espera do manejo florestal (quais produtos, em quais partes do território,

etc.). É preciso identificar se há parceiros que possam apoiar a comunidade em realizar investimentos, conferir se o acordo está sendo cumprido e dar conselhos sobre o manejo florestal. **Ou seja, firmar um acordo pensando apenas em gerar mais renda aumentará os riscos.** Finalmente, o acordo deve ser objetivo – dizer claramente e sem duplos sentidos qual será o papel da comunidade e dos parceiros e qual será a divisão dos riscos e dos benefícios do manejo florestal. Daremos dicas sobre como conduzir estes passos. Aconselhamos a todas as comunidades a seguir estes passos, mesmo que não queiram fazer o manejo florestal, para ter uma visão mais clara e rigorosa de quais pontos positivos e negativos existem e como as barreiras que forem identificadas podem ser superadas.

QUAIS SÃO OS PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DOS ACORDOS ENTRE COMUNIDADE E EMPRESA PARA O MANEJO FLORESTAL?

Antes de pôr a mão na massa, passar para as discussões e avaliações internas e pensar em fechar um acordo com uma empresa, aconselhamos que as comunidades considerem e discutam coletivamente os seguintes pontos:

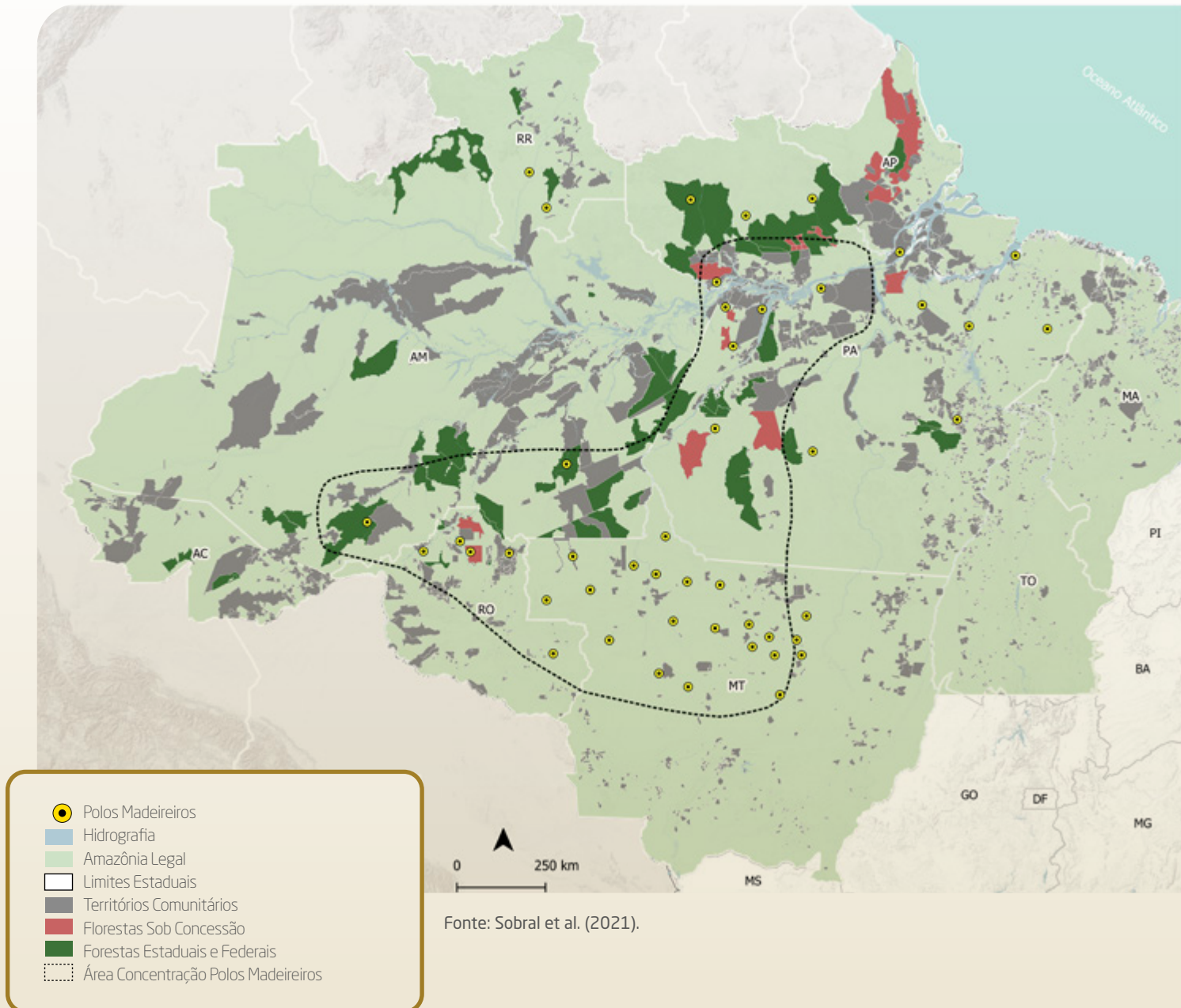


- a) O manejo florestal feito do modo certo pode manter as florestas em pé e produtivas, sendo fonte de renda complementar para as famílias no longo prazo.
- b) Pode ser oferecido apenas uma parte do território da comunidade para ser manejada, enquanto o restante poderia ser utilizado para outras atividades produtivas. Nem todos os membros da comunidade precisam estar envolvidos no manejo florestal, ou seja, não é necessário que todo mundo se torne especialista em produção de madeira.
- c) As comunidades que querem fazer manejo florestal em parte do seu território para complementar a renda e também ter a proteção contra madeireiros ilegais, muitas vezes não sabem começar o planejamento para tornar isso possível. Daremos algumas dicas de como começar.
- d) Para as comunidades, acordos com empresas podem ser bons para que o uso da floresta e seus produtos seja mais eficiente e traga menores riscos. Entretanto, com a comunidade precisa também garantir sua independência ao longo da parceria.
- e) Um dos maiores benefícios que uma parceria ente comunidade e empresa pode trazer é o treinamento e o ganho de capacidades dos membros da comunidade. Por isso, é importante explorar as oportunidades de envolvimento e de treinamento dos membros da comunidade.

- f) É importante que as comunidades estejam bem organizadas e que confiem em suas lideranças e representantes, pois assim evitam acordos com maus resultados, prejuízos ou a divisão injusta dos benefícios do manejo florestal.
- g) As comunidades precisam estar informadas e preparadas, para garantir que elas tenham controle sobre o que é produzido, assim como sobre o uso da floresta.
- h) A maioria das comunidades fecham acordos por não buscarem entender em detalhes como é feito o manejo florestal para a produção de madeira, o que atrapalha o acompanhamento do que está sendo feito. Existem grandes riscos nestes casos. Mas, há algumas práticas básicas de planejamento e de acompanhamento que sempre devem ser feitas pela comunidade, mesmo que ela confie na empresa parceira.
- i) Como regiões como o sul do Amazonas e oeste do Pará estão na atual fronteira ativa de exploração de madeira, as comunidades residentes nestas regiões podem receber o assédio de empresas insistentes e com más intenções para usar suas florestas. Por isso é importante que as comunidades se planejem, evitando acordos ruins que podem trazer prejuízos ao coletivo.



Mapa dos polos e fronteiras madeireiras da Amazônia brasileira, destacando as florestas públicas destinadas a produção florestal responsável e as florestas de uso coletivo com potencial para o desenvolvimento de iniciativas de manejo florestal comunitário e familiar





QUAIS FORAM AS PRINCIPAIS LIÇÕES APRENDIDAS COM OS ACORDOS JÁ FEITOS NA AMAZÔNIA?


Em geral, os casos de produção de madeira em territórios comunitários não têm aumentado a renda das pessoas que vivem ali de maneira significativa. Por outro lado, nestes casos, o manejo florestal para a maior parte das comunidades teria sido muito difícil sem a presença da empresa e que, mesmo sendo baixa, a renda gerada trouxe oportunidades importantes de desenvolvimento ao longo do tempo. As empresas ficavam com a maior parte dos benefícios em acordos passados.

Em uma parte importante dos casos que aconteceram em assentamentos, erros de negociação e de avaliação do que podia ser usado da floresta acabaram diminuindo a renda que ficava com a comunidade. Por exemplo, no assentamento Virola-Jatobá, no Pará, aconteceram erros na hora de conferir o que poderia ser usado daquela floresta, diminuindo o que seria produzido e os lucros. No caso da Cooperativa Agroextrativista Novos Rumos (Canor), também no Pará, houve erros na negociação sobre quem seria responsável pelos custos de frete e de transporte, que acabaram gerando prejuízo para as associações comunitárias. Em muitos estudos disponíveis, é informado

que os casos estudados produziram quantidades de madeira menores do que 10 metros cúbicos por hectare, ou seja, volumes de madeira bem menores do que as associações e parceiros esperavam.

O caso da Cooperativa Mista da Floresta Nacional do Tapajós (Coomflona) mostra que, desde o começo, para aumentar o lucro vindo do manejo, a madeira foi oferecida de forma que seu preço alcançasse o máximo que o mercado poderia prover, sendo o transporte pago pelo comprador. Outro ponto importante é que existem poucas experiências em que o processamento da madeira, ou seja, sua conversão em produtos serrados e beneficiados, deram certo. Resumindo, pouco investimento e erros na organização acabam em prejuízo em vez de lucro. Isso mostra que é preciso que as comunidades se preparem muito bem antes de iniciar o manejo, para evitar maus resultados.

Com base em estudos, destacamos que os benefícios para a comunidade tendem a ser maiores quando ela tem maior controle do manejo florestal. Também é importante, neste sentido, que a associação seja responsável pelos créditos de madeira que são emitidos pelas agências do governo quando a exploração é autorizada. Outra lição aprendida é que é mais fácil para que as comunidades realizem o manejo florestal



quando existe um parceiro apoiador (“broker”). Este parceiro pode ser uma pessoa ou uma entidade, como uma organização não governamental ou um investidor, que apoia a comunidade no controle, que possa acompanhar e aconselhar a comunidade, especialmente no começo da produção. É esperado que este broker também apoie a comunidade em seu treinamento, controle operacional do manejo florestal e no ganho de capacidades para tornar esta atividade possível.

PREPARANDO-SE

PARA O ACORDO

QUAIS OS PONTOS FUNDAMENTAIS PARA SE TER EM MENTE?

Até aqui, esperamos que as comunidades lendo esta cartilha já tenham uma ideia de quais são os riscos e ganhos de realizar o manejo florestal ou de fechar acordos com empresas parceiras. Com esses pontos entendidos, a próxima pergunta a ser feita é: como podemos nos preparar para fechar um acordo? Vamos começar fazendo uma lista com seis pontos necessários

para que o uso da floresta dê certo, que devem ser considerados inclusive nos casos em que a comunidade queira fazer o manejo florestal sem o apoio de uma empresa e mesmo se quiser extrair produtos da floresta que não sejam a madeira¹. Estes pontos são:

1. Definir qual o objetivo do manejo:

A comunidade deve ter claro o porquê gostaria de fazer o manejo florestal, em quais áreas, em que intensidade e quais os produtos extraídos. Deve definir quais as porções de seu território que precisam ser protegidos, assim como os recursos que precisam ser conservados (como produtos da floresta, por exemplo). Em seguida, qual o calendário e época em que o manejo vai acontecer.

2. Sempre pensar no que é importante para a comunidade e para a conservação da floresta:

Qualquer que seja o modo de manejar a floresta, é preciso que um padrão mínimo em termos de sustentabilidade econômica, social e ambiental seja garantido. Ou seja, não adianta, por exemplo, a extra-

¹ Existem outros materiais que mostram o passo a passo que as comunidades e empreendimentos precisam seguir, como manual editado pelo ICMBio para conduzir manejo florestal por comunidades em Unidades de Conservação de autoria de Espada et al. (2019). Este manual está disponível em https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/manejo_florestal_comunitario_em_uc_de_uso_sustentavel_na_amazonia.pdf



ção de madeira conseguir trazer retornos financeiros se a floresta for desmatada e não houver respeito aos trabalhadores. A comunidade precisa decidir em grupo o que não pode acontecer em consequência da exploração de madeira. Os benefícios e riscos do uso da floresta devem ser compartilhados e entendidos por todos desde o início. Deixamos no final da cartilha algumas dicas para ajudar a decidir estes pontos tão importantes.

3. Combinar a função de cada um:

Antes de começar o manejo da floresta, é necessário definir quais são as funções e as obrigações da comunidade e da empresa que estará no acordo. O papel e os limites de cada um devem estar claros e, com o passar do tempo, se for necessário, podem ser mudados.

4. Capacidades e habilidades para cumprir cada função:

Todos os envolvidos precisam ter capacidade, habilidade e experiência suficientes para fazer a sua parte, seja na função da comunidade de cuidar para que o manejo seja feito da melhor forma possível ou no papel da empresa em respeitar os produtos e povos da floresta.

5. Participação de todos:

Toda a comunidade precisa fazer parte das decisões sobre o uso da floresta e deve poder mudar o acordo com a empresa quando for necessário. Também é importante que todos entendam os pontos que precisam ser vigiados e quais as atitudes a serem tomadas caso a empresa não cumpra o acordo. Também é possível pedir que organizações parceiras confirmem se está tudo certo de tempos em tempos.

6. Governança e transparência:

Antes de começar o manejo florestal, é necessário que a comunidade esteja com todos os documentos e licenças dentro da lei, além da organização que permita que todos participem e que as decisões sejam tomadas em grupo. Se for preciso, é possível procurar um parceiro (broker) para ajudar nesta etapa, como por exemplo organizações da sociedade civil, agentes do governo ou outras instituições de apoio e de assistência técnica.







O QUE A COMUNIDADE PRECISA SABER E DISCUTIR ANTES DO ACORDO?

Sabendo o que necessário para começar o manejo florestal, seus benefícios e riscos, as comunidades que queiram começar a produzir madeira em seu território (ou em partes dele) precisam avaliar alguns tópicos, que estão listados logo abaixo. É possível procurar instituições de apoio para ajudar nestas discussões:

Saber onde: a comunidade deve realizar um reconhecimento do território, para identificar as áreas que poderiam ser manejadas.

- Qual será a área do manejo? Existe um mapa feito por todos com a área que será manejada?
- Quais os produtos e as espécies (tipos de madeira) que existem nesta área e que poderiam ser extraídos? Estas espécies e produtos são comuns nesta área?
- É fácil chegar até a área? A abertura de estradas para acessar estas áreas poderia, por exemplo, trazer quais resultados positivos e negativos?

- O que precisa ser conservado após o manejo florestal, como rios e corpos d'água, espécies importantes, tipos de plantas e árvores, animais, etc.?

Saber o que e como: a comunidade deve decidir sobre os objetivos do manejo florestal e quais os resultados que o manejo pode gerar.

- Qual será a área usada anualmente?
- Quais serão as práticas, equipamentos e máquinas necessários?
- Quais são as tarefas e deveres da comunidade? Quais são as tarefas e deveres da empresa?
- Qual será o papel da comunidade no planejamento do uso, na documentação, acompanhamento, romaneio (medição das toras produzidas), venda e envio para o comprador da madeira produzida? Há 'brokers' (parceiros próximos a comunidade) que possam ajudar neste processo?
- Quanto a comunidade espera produzir? Quais árvores especificamente serão exploradas na floresta?
- Para onde vai a madeira? Quem será responsável por seu romaneio, transporte e comercialização?

NÃO DESISTA!

É normal que as comunidades que nunca fizeram o manejo florestal tenham dificuldades antes de começar. Faz parte do momento de se preparar: aprender a tomar decisões em grupo, conhecer melhor a sua floresta, conhecer melhor os parceiros, saber o que se tem financeiramente e se vai precisar de treinamento. Escrever um plano com o que será feito e pedir ajuda a parceiros de confiança são ações que podem tornar o momento de se preparar mais fácil.

Saber quem: a comunidade precisa pensar em suas capacidades e talentos, que tipo de apoio de parceiros será necessário, e quem poderia apoiar.

- Será necessário ter algum parceiro, instituição de apoio ou alguém contratado? Em quais áreas ou assuntos seria melhor ter este apoio? Quem podem ser esses parceiros?
- Estes parceiros ou o governo foram consultados para saber se o manejo florestal no território da comunidade está dentro da lei?
- A comunidade já está organizada para que o acordo com empresas seja seguro e justo? Se não, o que ainda precisa mudar?
- Será necessário ter investidores, além da empresa com a qual será feito o acordo? O que mais é necessário quanto se trata de financiamento? Há outros tipos de financiadores para apoiar a comunidade? Quanto é necessário?
- Quais podem ser os 'brokers' (parceiros aconselhadores próximos da comunidade) para apoiar nesse processo?

- Quais as empresas madeireiras já estão em contato com a comunidade? Quais delas já trabalharam em nossa região? Quais delas já trabalharam com manejo? Alguma delas tem problemas com a lei ou fizeram algum acordo que não deu certo? Algum parceiro nosso conhece essas empresas e pode nos dar indicações?

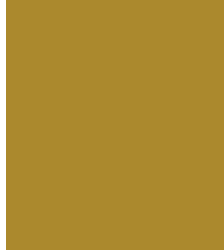
COLOCANDO

UM ACORDO EM

ANDAMENTO

QUAIS SÃO OS MODELOS POSSÍVEIS PARA COLOCAR EM PRÁTICA OS ACORDOS ENTRE COMUNIDADES E EMPRESAS?

Agora que descobrimos sobre o que as comunidades precisam discutir coletivamente antes de um acordo comercial para o manejo florestal, o próximo passo é conhecer quais são os modelos de manejo comunitário para a produção de madeira que existem na Amazônia brasileira. Os modelos têm diferenças entre a independência desejada e o investimento necessário para que a comunidade possa manejar seu território. Ou seja, nos modelos em



que as comunidades podem ser mais independentes, ou mais autossuficientes para fazer o manejo florestal, são necessários mais gastos e mais conhecimento. Já nos modelos onde as empresas madeireiras têm mais deveres e funções os gastos são menores. Dois pontos precisam ser considerados pela comunidade em relação aos modelos para realizar o manejo florestal comunitário:

- Quanto maior a independência e o nível de gastos que puderem ser assumidos pela comunidade, menores serão os riscos do manejo florestal, ou seja, há maior segurança de que o modo de vida e a floresta serão conservados.
- Acordos que envolvam mais atividades de manejo florestal colocadas nas mãos de empresas madeireiras podem trazer mais riscos. Para diminuir estes riscos é que estamos deixando o passo-a-passo nessa cartilha.

Modelos de arranjos entre comunidades e empresas para a condução do manejo florestal com fins de produção de madeira

Modelo	Objetivo do manejo florestal	Principais habilidades necessárias pelas comunidades	Necessidades básicas para o sucesso
Independente	<ul style="list-style-type: none"> O manejo florestal é conduzido por um longo tempo. Maior parte do território será usado no manejo florestal. Produtores querem se tornar manejadores, focando em aprender e evoluir continuamente. 	<ul style="list-style-type: none"> Condução do manejo florestal (etapas pré-exploração de impacto reduzido e pós-exploratórias). Acompanhamento e licenciamento do manejo florestal (engenheiro florestal contratado pela associação). Entendimento dos mercados de madeira. Disponibilidade para investimentos contínuos no manejo florestal. Habilidades de gestão. 	<ul style="list-style-type: none"> Treinamento contínuo de pessoas da comunidade. Ter um 'agente de controle' ou investidor ('broker'), para aconselhamento, e para a compra ou locação de equipamentos. Apoio no monitoramento (acompanhamento do manejo) e cooperativismo, organização da comunidade e prospecção de mercados de madeira. Envolvimento dos jovens da comunidade.
Semi-independente	<ul style="list-style-type: none"> Manejo florestal pode ou não ser conduzido ao longo do tempo. Grande parte do território usado para o manejo florestal. Produtores querem aprender algumas práticas, mas não necessariamente se tornar manejadores. Comunidade quer acompanhar o mercado e a venda da madeira e outros produtos. 	<ul style="list-style-type: none"> Organização social bem estruturada antes do início do manejo. Acompanhamento e licenciamento do manejo florestal (engenheiro florestal contratado pela comunidade). Entendimento dos mercados de madeira. Habilidades de gestão. 	<ul style="list-style-type: none"> Treinamento contínuo de pessoas da comunidade em alguns assuntos. Apoio em monitoramento (acompanhamento do manejo) e cooperativismo, organização da comunidade e prospecção de mercados de madeira. Ter um 'agente de controle', se não para buscar investimentos, para apoiar a organização e o planejamento.
Limitado	<ul style="list-style-type: none"> O manejo florestal vai ser conduzido por pouco tempo ou em uma porção menor do território. Comunidade quer oferecer ou vender parte da madeira. Outras atividades mais importantes sendo feitas pelos produtores. 	<ul style="list-style-type: none"> Organização social bem estruturada antes do início do manejo. Desejável acompanhamento e licenciamento do manejo florestal (engenheiro florestal contratado pela comunidade); Habilidades de gestão. 	<ul style="list-style-type: none"> Treinamento contínuo de pessoas da comunidade em alguns assuntos. Apoio em monitoramento (acompanhamento do manejo), cooperativismo e organização da comunidade. Ter um 'agente de controle' para apoiar a organização e o planejamento.
Terceirizado (com a empresa)	<ul style="list-style-type: none"> O manejo florestal vai ser conduzido por pouco tempo ou em uma porção menor do território. Comunidade quer receber um valor pela floresta em pé sem gastar muito tempo e energia em gestão e acompanhamento. Outras atividades mais importantes sendo feitas pelos produtores. 	<ul style="list-style-type: none"> Organização social bem estruturada antes do início do manejo. Desejável acompanhamento e licenciamento do manejo florestal (engenheiro florestal contratado pela comunidade). Habilidades de gestão. 	<ul style="list-style-type: none"> Treinamento contínuo de pessoas da comunidade em alguns assuntos. Apoio em monitoramento (acompanhamento do manejo), cooperativismo e organização da comunidade. Ter um 'agente de controle' para apoiar a organização e o planejamento. Ter um parceiro prestador de serviços que possa ser pago pela empresa para conferir se o manejo florestal está sendo bem feito e se o acordo está sendo cumprido.



SALVAGUARDAS

SOCIAIS E AMBIENTAIS

As **salvaguardas sociais e ambientais** são regras e ações que precisam ser cumpridas para garantir os cuidados que cada comunidade espera que o manejo florestal traga para o seu território, tanto em questões sociais como ambientais. Pode ser, por exemplo, gerar mais empregos e mais renda, proteger contra a grilagem, manter as florestas bem cuidadas, entre outras opções. As salvaguardas são importantes para que os acordos entre as comunidades e as empresas funcionem bem, ou seja, respeitando o meio ambiente e o modo de vida das pessoas que vivem na floresta. Com base em estudos, experiência e a opinião de especialistas, deixamos dez conjuntos de salvaguardas importantes, que podem ajudar a fechar bons acordos com empresas madeireiras.

QUAIS SÃO AS SALVAGUARDAS BÁSICAS PARA FIRMAR O ACORDO?

As salvaguardas finais para um acordo entre uma comunidade e uma empresa madeireira para a realização do manejo florestal depende de cada caso. Isso porque, durante o processo de planejamento e organização, cada comunidade deve perceber quais os pontos de seu modo de vida e de sua

IMPORTANTE!

Este modelo foi pensado para acordos em que a empresa faz a maior parte do trabalho na floresta, então as comunidades mais independentes vão usá-las de forma diferente.

floresta que o manejo florestal deve ajudar a conservar. Assim, comunidades diferentes terão salvaguardas diferentes, que devem ser discutidas em grupo e depois colocadas no contrato com a empresa madeireira. Para ajudar, separamos alguns tópicos que podem servir como modelo e cada comunidade pode mudá-los conforme for necessário.




1. Respeito à lei no manejo da floresta e na condução da exploração florestal sustentável

- O responsável pela extração de madeira deve garantir que a Lei seja respeitada;
- O Plano de Manejo autorizado pelo Órgão Estadual de Meio Ambiente deve ser conduzido integralmente;
- Mudanças na realização do plano que foi autorizado pelo Órgão Estadual de Meio Ambiente devem ser justificadas e informadas à associação comunitária;
- Os documentos em relação à Lei sendo cumprida devem ser guardados em um lugar fácil de acessar por 5 anos;
- Deve existir uma definição de como todas as operações e atividades do manejo florestal serão conduzidas;
- O acordo entre a comunidade e a empresa tem um documento que o comprova a função de todos bem definida.

2. Garantia de condições de trabalho básicas, além do respeito à Lei trabalhista e às regras básicas de saúde e segurança do trabalho

- O responsável pela extração de madeira deve garantir respeito a toda a Lei relativa aos trabalhadores, em qualquer função dentro da área do manejo;

- 
- O responsável pela extração de madeira deve garantir respeito a todas as regras de saúde e segurança a todos os trabalhadores, em qualquer função dentro da área do manejo;
 - Os documentos que mostram que as Leis de trabalho foram cumpridas devem ser guardados por um período de, pelo menos, cinco anos, em um lugar de fácil acesso.

É importante definir o máximo de desperdício de madeira que pode acontecer durante as operações em campo. Este limite deve ser menor que 10% da quantidade de madeira extraída. O plano deve incluir, além dos restos de extração de madeira, ações a serem tomadas contra o vazamento de óleo de máquinas e de seu conserto em campo.

3. Busca de eficiência no uso dos recursos, além de prevenção de poluição e bom manejo de resíduos

- Não deve haver desperdícios de madeira nas áreas exploradas (tocos altos, sobras de toras em ramais de arraste e pátios, toras rachadas em campo, etc.);
- Deve haver, por escrito, no Plano de Manejo ou em outros documentos, práticas e métodos para diminuir os desperdícios de madeira;
- Deve existir regras claras para o manejo em campo de produtos químicos, combustíveis e lubrificantes, assim como os resíduos que precisam ser jogados fora (sólidos e líquidos) e o que não pode ser usado ou realizado durante as operações de manejo florestal;
- Não deve haver resíduos (sólidos e líquidos) deixados na floresta depois da extração de madeira.

4. Distribuição justa, equitativa e transparente dos benefícios econômicos gerados pelo manejo florestal

- A divisão dos benefícios do manejo florestal deve ser justa e referente ao quanto foi investido no manejo, levar em conta os direitos da comunidade, os riscos da extração de madeira e a responsabilidade de cumprir a Lei;
- Os gastos e lucros devem ser controlados e informados à comunidade com regularidade;
- Os gastos e lucros vindos da unidade de manejo devem ser transparentes e abertos entre os parceiros e devem ser discutidos abertamente com a comunidade;
- Devem existir mecanismos para a atualização frequente dos valores pagos à comunidade por seus direitos pelo manejo florestal, de acordo com seu papel na condução das operações.

Por conta das funções, riscos e investimentos realizados pelas comunidades e pelas empresas no processo do manejo florestal, é importante que os acordos possam ser negociados e renegociados de vez em quando. Essa é uma boa prática levando em conta que o valor da madeira pode mudar bastante com o tempo.



Os lugares e as espécies importantes para as comunidades e as formas de protegê-los devem ser definidos logo na criação do Plano de Manejo Florestal. A comunidade pode acompanhar e conferir se essas partes do território e os recursos importantes estão realmente sendo protegidas enquanto o manejo acontece.

5. Garantia do bem-estar, saúde e segurança das comunidades em relação à manutenção de suas florestas (incluindo questões religiosas e culturais)

- O manejo florestal deve ter em documentos (em mapas ou croquis no Plano de Manejo) as partes do território que são importantes para a comunidade. Por exemplo, florestas importantes para suas necessidades básicas e para a manutenção de sua cultura;
- O quanto essas áreas devem ser protegidas é definido pelas comunidades. Essa proteção deve ser acompanhada enquanto o manejo acontecer e estar registrada no Plano de Manejo;
- O meio ambiente também precisa ser uma preocupação a ser levada a sério. Tanto as florestas, como árvores importantes (geradoras de produtos importantes às comunidades), rios e animais também precisam ser conservados.

6. Aumento das capacidades e desenvolvimento local como resultados do manejo florestal

- A função de cada membro da comunidade no manejo florestal deve ser definida;
- Se a comunidade quiser, pode ser registrado que mais pessoas irão trabalhar com o manejo florestal ao longo do tempo;
- Se a comunidade quiser, pode ficar registrado que uma parte dos lucros será para treinamentos ou melhorias no território e em suas pessoas.

As associações precisam entender que o lucro não é necessariamente o maior benefício do manejo florestal, mas sim o que se aprende e as próprias melhorias na associação comunitária, como mais organização e mais cooperação.

7. Compromisso com a conservação da biodiversidade (o conjunto de recursos e espécies disponíveis na floresta) e promoção do manejo racional dos recursos naturais

- O manejo florestal deve ter registrado (em mapas e no Plano de Manejo) as áreas importantes para a conservação da biodiversidade, para a proteção de espécies, mosaicos e ecossistemas (o conjunto de diferentes tipos de florestas e de vegetações naturais) e habitats importantes;

Os locais, espécies e recursos importantes para a comunidade e as ações para protegê-los precisam estar definidos já no início do Plano de Manejo. O acompanhamento dessa proteção deve ser feito pela própria associação.



- O manejo florestal nestas áreas deve seguir o princípio da precaução, ou seja, tomar medidas que evitem a degradação da floresta à todo custo. Isto deve estar escrito no Plano de Manejo Florestal;
- A extração de madeira não pode ser maior do que foi definido para cada ano no Plano de Manejo;
- O planejamento do manejo deve incluir ações que possam diminuir os impactos (estradas, pátios de estoque, ramais de arraste florestal) do manejo no meio ambiente;
- A transformação de florestas dentro da área de manejo para a construção de infraestruturas (construções, pátios de concentração de toras, etc.) precisa ser feita de forma controlada;
- É recomendável impor ao parceiro comercial que os produtos tenham certificação florestal, a menos que não seja possível por motivos claros;
- É necessário prever como os equipamentos, resíduos e infraestrutura serão tirados da floresta quando o manejo chegar ao fim, assim como prever a sinalização com placas e controle dos ramais e estradas construídos, para que a comunidade não corra riscos de perder sua floresta com futuras invasões e grilagem.

8. **Garantia de independência da comunidade no acordo de parceria com a empresa madeireira**


- A comunidade deve ser independente desde o começo do acordo com a empresa madeireira. Deve refletir em melhorias na organização e no desenvolvimento da associação comunitária, além de sua liberdade de tomar decisões em relação ao manejo florestal;
- A associação deve ter acesso a informações durante a duração da parceria para que possa avaliar de tempos em tempos o acordo e sugerir mudanças, se necessário.

9. **Avaliação e acompanhamento dos riscos para as pessoas e para as florestas**

- Um sistema de monitoramento e acompanhamento do manejo precisa ser implementado para observar as perdas e desperdícios causados a floresta pela extração de madeira (tópico 3), o quanto as porções do território importan-

Estas garantias podem ser difíceis de se colocar no acordo com as empresas. É muito importante que todas as informações sobre o manejo possam ser vistas e discutidas pela comunidade. A associação pode procurar uma organização parceira para ajudar neste ponto.

É muito importante o acompanhamento e monitoramento do manejo florestal pelas comunidades. É importante que a associação tenha pessoas que sejam responsáveis e treinadas para essas funções.



tes estão protegidas (tópico 5), o quanto o plano de manejo está realmente sendo executado (tópico 1), as medidas de conservação do meio ambiente e das florestas (tópico 6), os impactos da extração de madeira para as pessoas e para a floresta (tópico 6), o controle do que está sendo extraído e produzido (tópico 4). Além disso, é preciso conferir as mudanças no modo de vida das comunidades desse território, comunidades vizinhas e os possíveis riscos:

- As informações do monitoramento e do controle do manejo florestal podem ser acessadas por todos;
- Os documentos do monitoramento e do controle do manejo florestal são guardados por cinco anos em um lugar de fácil acesso.

É importante revisar o Plano de Manejo e fazer mudanças em até cinco anos após o início das operações. Também é necessário ensinar os trabalhadores que não são da comunidade e os moradores. Deve incluir toda a família, principalmente as mulheres, crianças e adolescentes.

10. Escolha de ações para evitar os impactos às pessoas e às florestas, quando for necessário

- De tempos em tempos planejar de novo o manejo florestal, suas ações, modos de conservar o meio ambiente e outras proteções;
- Prestar atenção nas consequências para as pessoas e fazer mudanças de acordo com a comunidade;
- Ações para evitar e diminuir os riscos de pessoas que não são da comunidade circulando no território.





RECOMENDAÇÕES

FINAIS

QUAIS SÃO AS DICAS IMPORTANTES PARA AS COMUNIDADES?

Depois de discutir em grupo, a comunidade precisa entender a função de cada um, o que precisa ser melhorado e os cuidados que precisam ser garantidos no contrato. Se a comunidade quiser fechar um acordo com uma empresa para conduzir o manejo florestal, é preciso prestar atenção nestes pontos:

Quanto menor o controle do manejo florestal, maiores são os riscos:

A associação que quer passar toda a operação para a empresa corre mais risco de ter seu território envolvido em fraudes, extração de madeira ilegal e destruição da sua floresta. Se a associação não consegue ou não quer fazer o controle e o monitoramento necessários, um outro parceiro precisa fazer esta parte, sabendo das salvaguardas que devem estar no contrato.



Falta de informações ou falta de cuidado nas negociações trazem maiores riscos:

Negociações precisam ser feitas em grupo e considerar todos os detalhes dos benefícios e custos potenciais que a comunidade terá. Chamar parceiros (como instituições de apoio, ONGs e governo) pode ajudar a melhorar as negociações.

Atenção ao que a empresa pretende fazer no manejo, não apenas no quanto pretende pagar para a comunidade:

Ou seja, não se deve escolher logo de cara a empresa que promete pagamentos maiores. Primeiro é necessário conferir se a empresa é capaz de fazer o manejo da forma correta, levar em conta as salvaguardas que a comunidade definiu, facilitar a saída do que é produzido, oferecer treinamento para a comunidade, entre outros pontos que sejam importantes para a comunidade.



**Territórios com requisitos menos rigorosos
para o manejo vão atrair os piores parceiros:**

Boa parte das autorizações de uso de florestas públicas vai acontecer no sul do Amazonas e oeste do Pará, o que irá trazer, além das empresas interessadas nessas autorizações, empresas menos profissionais que vão tentar conseguir outros territórios que estejam perto. A melhor solução é que as associações passem também a ter regras em relação aos parceiros para evitar fraudes, corrupção e desvio de produtos que são da comunidade, além da destruição das florestas.

**Deve haver mais de uma empresa interessada
em fechar o acordo com a comunidade:**

As comunidades precisam ter em mente que deve haver mais de uma empresa interessada em conduzir o manejo florestal em seu território. Deste modo, também deve se preparar para receber várias propostas e escolher qual delas é a melhor em vez de se fechar em apenas uma única opção.

Usar os lucros na própria comunidade:

Usar uma parte dos lucros da madeira para investir no coletivo e na própria associação comunitária, além de treinamento dos membros da comunidade, pode fortalecer a comunidade. Mesmo que a empresa faça boa parte deste serviço, é importante pensar no licenciamento e outros pontos que podem ser melhorados na associação comunitária.

Definam suas próprias salvaguardas sociais e ambientais:

As salvaguardas socioambientais mostradas nesta cartilha devem ser escolhidas e discutidas dependendo de cada caso, fazendo testes em territórios deferentes, como Unidades de Conservação, assentamentos e áreas coletivas, com atenção especial para as regiões nas novas fronteiras de produção de madeira. A experiência de editais para chamar empresas interessadas (como os realizados pelo Serviço Florestal Brasileiro) e de comercialização da madeira produzida por leilões (como as experiências da Coomflona) podem ser pontos importantes a serem colocados nos acordos para melhorar e garantir que o modo de vida das comunidades seja mantido e para que possam extrair o máximo dos benefícios do manejo de seus territórios coletivos.



LITERATURA CONSULTADA

Espada, A.L.V.; Santos, B.; Santos, C.E.N. 2019. Manejo Florestal Comunitário em Unidades de Conservação de uso sustentável na Amazônia: guia sobre planejamento participativo, execução colaborativa e gestão comunitária. ICMBio/MMA. Brasília. 84p. Disponível em <http://bit.ly/GuiaManejoComunitarioICMBio>.

FGVces. 2015. Contribuições para a análise de viabilidade econômica das propostas referentes à decuplicação da área de manejo florestal sustentável. Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 65 p.

Sablayrolles, P.; Amaral, M. 2011. Viabilidade social e socioeconômica dos acordos comunidades/empresas para o manejo florestal. Introdução. In: Cruz, H.; Sablayrolles, P.; Kanashiro, M.; Amaral, M.; Sist, P. Relação empresa/comunidade no contexto do manejo florestal comunitário e familiar. Um contribuição do projeto Floresta em pé. 2011. Ibama/MMA. p.146-148.

Sobral, L., Lentini, M. Carvalho, T. 2021. Não podemos repetir o erro que cometemos com o pau-brasil. O Eco. Disponível em <https://www.oeco.org.br/analises/nao-podemos-repetir-o-erro-que-cometemos-com-o-pau-brasil/>

1. APRENDENDO SOBRE MANEJO FLORESTAL

PRECISAMOS COMPARTILHAR EXPERIÊNCIAS

APRENDER, BUSCAR CONHECIMENTO E PASSAR AOS OUTROS

COMUNIDADE + ORGANIZADA E + EMPODERADA

O MANEJO TINHA QUE ESTAR NA SALÁ DE AULA

MELHORAR A **QUALIDADE DE VIDA** DENTRO DOS TERRITÓRIOS



MANEJO FLORESTAL 2. COMUNITÁRIO

FALTA DE PLANEJAMENTO = CUSTO MAIOR

MAPEAMENTO

PONTO MAIS IMPORTANTE

MANEJOS MENORES

SÃO MAIS FÁCEIS DE CONTROLAR

PLANEJAMENTO É FUNDAMENTAL

- ✓ MACRO PLANEJAMENTO
- ✓ MICRO PLANEJAMENTO
- ✓ EXPLORAÇÃO DE IMPACTO REDUZIDO

AS COMUNIDADES **AINDA NÃO ENTENDEM** QUAIS OS **CANAIS DE DENÚNCIA?**

AUSÊNCIA DO ESTADO

DESCASO PELA ADMINISTRAÇÃO

PARCERIAS COMERCIAIS ENTRE COMUNIDADE E EMPRESA



COMO É

FALTA DE EXPERIÊNCIA
EXPERIÊNCIAS NEGATIVAS
CONTRATOS FRÁGEIS
BAIXO DESEMPENHO



COMO DEVERIA SER

GERAR RENDA E RIQUEZAS E CONSERVAR A FLORESTA

CONCESSÃO CERTIFICADA

MODELO QUE CEDE ÁREA PÚBLICA PARA O MANEJO DE COMUNIDADES TAMBÉM

LIMITANTES E DESAFIOS

- ✓ CAPITAL ALUGUEL MÁQUINAS CAPITAL DE GIRO
- ✓ CAPACITAÇÃO
- ✓ EXPERIÊNCIA
- ✓ LICENCIAMENTOS
- ✓ GOVERNANÇA
- ✓ TRANSPARÊNCIA



3. QUAL O MELHOR MODELO DE ACORDO COMERCIAL ADOTAR?

INDEPENDENTE LONGO TEMPO

LIMITADO PORÇÃO MENOR DO TERRITÓRIO

SEMI INDEPENDENTE USA GRANDE PARTE DO TERRITÓRIO

TERCEIRIZADO RISCO MENOR

ALTERNATIVAS

MANEJO É DIVERSIDADE NÃO É SÓ MADEIRA

- ✓ CASTANHA
- ✓ CUMARU
- ✓ COPAÍBA
- ✓ PESCA
- ✓ TURISMO COMUNITÁRIO



BOM PARA TODOS

NÃO PODEMOS PERDER E DESCARACTERIZAR A **NOSSA CULTURA**

5. O QUE É PRECISO CONSIDERAR ANTES DE UM ACORDO COMERCIAL

ENTENDER O QUE A COMUNIDADE QUER

CONHECER A POPULAÇÃO

RESPEITAR A CULTURA DA COMUNIDADE

EMPRESAS ATUANDO NA **LEGALIDADE**

CONTRATOS CLAROS

VALOR DE MERCADO **ATUALIZADO**

DIÁLOGOS CONSTANTES

✓ AUDITORIA INDEPENDENTE

✓ DEMANDAS RESPEITADAS

✓ MULTAS

✓ SUPORTE DE QUALIDADE EPIS (Equipamentos de Proteção Individual)

✓ ASSEMBLÉIAS

✓ MONITORAÇÃO

✓ ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DENTRO DOS PROJETOS

4. PREPARANDO-SE PARA UM ACORDO ENTRE COMUNIDADE E EMPRESA PARA MANEJO COMERCIAL

COMO É:

INCRA NÃO TEM RECURSOS

TRATAMENTO INJUSTO POR PARTE DO ESTADO E ORGÃOS

COMUNIDADES SÃO MAIS FISCALIZADAS QUE GRILEIROS

DENÚNCIAS DEVERIAM SER ANÔNIMAS, MAS NÃO SÃO

COMO DEVERIA SER:

ACORDOS TÊM QUE SER DIVULGADOS

QUESTÃO FUNDIÁRIA TEM QUE SER RESOLVIDA DE FORMA LEGAL

COMUNIDADES PRECISAM DE UM CORPO JURÍDICO PRÓPRIO **ISSO É FUNDAMENTAL**

- FORMAR GRUPOS
- CAPACITAR (SEBRAE)
- OFICINAS
- **DIÁLOGOS**

AGRÔNOMOS FORMADOS DENTRO DA COMUNIDADE

ACESSO AOS SEUS PRÓPRIOS DADOS

MODELOS **TOTALMENTE TERCEIRIZADOS** NÃO SÃO TOTALMENTE POSITIVOS

PRESERVAR MODOS DE VIDA TRADICIONAIS

LEVAR A FORMAÇÃO DO IMAFLORA PRA DENTRO DA COMUNIDADE

COMUNIDADES TRADICIONAIS PRECISAM DE ORGANIZAÇÃO FORTE, CONHECER E ENTENDER O MANEJO FLORESTAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS

RESPEITAR NATUREZA E A COMUNIDADE

BUSCAR **PARCERIAS** GESTÃO E CERTIFICAÇÃO

EXPERIÊNCIAS NEGATIVAS NO MANEJO GERAM DÚVIDAS E QUESTIONAMENTOS POR PARTE DAS COMUNIDADES

IDENTIFICAR RIQUEZAS CRIAR GRUPOS COMUNITÁRIOS DE VIGILÂNCIA

AVALIAÇÃO DO CONTRATO DE TEMPOS EM TEMPOS

EMPRESA E COMUNIDADE

- ✓ ACOMPANHAMENTO
- ✓ RETORNO À POPULAÇÃO
- ✓ PARTICIPAÇÃO EFETIVA

EQUIDADE DIAGNÓSTICOS ESPECÍFICOS

CUIDADOS NA **ESCOLHA DE LÍDERES**

PESSOAS CAPACITADAS E COMPROMETIDAS COM **SEU PRÓPRIO TERRITÓRIO**

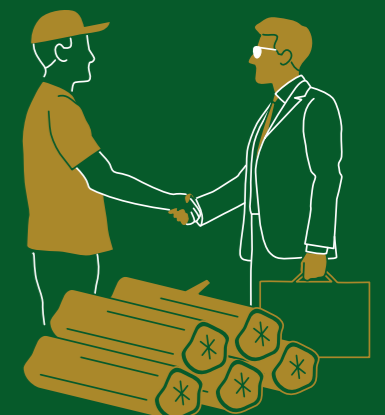
BIODIVERSIDADE

DIVISÃO DE RECURSOS LEVANDO EM CONTA AS DIFICULDADES

GARANTIR BENEFÍCIOS SOCIAIS

LIÇÕES APRENDIDAS > **PRÓXIMOS PASSOS**

CONHECIMENTO / REORGANIZAÇÃO DESAFIOS > UNIÃO > FORÇA > CORAGEM





JACUNDA 01
111649
made flora



Sobre o Imaflora:

O Imaflora (Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola) é uma organização brasileira, sem fins lucrativos, criada em 1995 para promover a conservação, o uso sustentável dos recursos naturais e para gerar benefícios sociais nos setores florestal e agropecuário.

www.imaflora.org

-  [instagram.com/imaflorabrasil](https://www.instagram.com/imaflorabrasil)
-  [youtube.com/imaflora](https://www.youtube.com/imaflora)
-  twitter.com/imaflora
-  [facebook.com/imaflora](https://www.facebook.com/imaflora)
-  imaflora.org/noticias
-  [linkedin.com/in/imaflora](https://www.linkedin.com/in/imaflora)



doe.imaflora.org

Apoio financeiro

